

Comissões do Senado aprovaram 257 matérias no 1º semestre

Número expressivo de proposições votadas e as diversas audiências públicas sobre importantes temas nacionais comprovam que as sete comissões permanentes da Casa dedicaram-se a atender aos interesses da sociedade

PÁGINAS 3 A 7

CCJ

Principais temas votados no Senado passaram pela comissão



Fim dos juízes classistas foi o tema mais polêmico

PÁGINA 7

CAE

Também foram examinadas no semestre 56 matérias de caráter econômico



Sabatina de diretores do BC mobilizou comissão

PÁGINA 3

CAS

Audiências públicas debateram a política social do governo federal



Cinco projetos em caráter terminativo vão à Câmara

PÁGINA 5

CRE



Senadores sabatinaram diplomatas sobre rumos da política externa nacional

Tratados e rumos da diplomacia marcam pauta

PÁGINA 6

CE

Plenário da comissão aprovou Política Nacional de Educação Ambiental



Cinema, rádio e televisão ganham subcomissões

PÁGINA 5

CI

Blecaute de março foi discutido na Comissão de Infra-Estrutura



Ritmo de trabalho cresce e 16 matérias são aprovadas

PÁGINA 4

CFC

Reuniões conjuntas com a CI avaliaram questões da área energética



Concessões do setor público geraram debates

PÁGINA 6

Freire registra crescimento de Ciro Gomes em pesquisa



Freire diz que PPS é opção concreta para governar

O senador Roberto Freire (PPS-PE) destacou o resultado da recente pesquisa de opinião do instituto Data-Folha que aponta o ex-governador Ciro Gomes como o segundo candidato, nas intenções de voto da população, para a Presidência da República em 2002. Ciro obteve 17% em uma das simulações, só perdendo para Lula, que aparece em primeiro lugar, com 28%.

Na opinião do senador, estes dados indicam que a população está considerando o PPS como uma opção concreta de poder político. "A sociedade está dando as costas para o governo e sua base política; por sua vez, uma parte decisiva da esquerda insiste em virar as costas para a sociedade. O PPS, ao contrário, vai ao seu encontro", declarou.

Roberto Freire lembrou que, no caso de Lula, verifica-se um índice de rejeição considerável, o que, segundo disse, não ocorre com Ciro. Este, acentuou Freire, apesar de relativamente desconhecido e sem aporte de mídia, apresenta um crescimento significativo, agregando ao percentual obtido na última eleição mais sete pontos percentuais. "Além de estar parcialmente excluído da mídia, Ciro Gomes também não está presente nas opções de resposta da maior parte das pesquisas, como é o caso dos levantamentos feitos pela Confederação Nacional do Transporte (CNT)", exemplificou.

O senador disse ainda que está consciente de que pesquisa não é resultado de eleição, mas alertou para o fato de que a sociedade vem demonstrando não estar satisfeita com o modelo atual de governo, ao mesmo tempo em que "clama por uma alternativa, que, infelizmente, a oposição, até agora, não conseguiu construir".

Hartung vê eleitor pronto para o voto facultativo

Senador quer tirar o tema da Constituição, como já fizeram outros países, para garantir maior flexibilidade na experimentação

O Congresso deve adotar, de forma gradativa, o voto facultativo, pois esse modelo está mais de acordo com o atual grau de maturidade política do eleitor brasileiro, na opinião do senador Paulo Hartung (PSDB-ES). A alteração que propõe deveria, a seu ver, ser aplicada para plebiscitos e referendos e só depois para as eleições.

Hartung sugere que seja providenciada lei que regulamente o voto e o alistamento eleitoral facultativos, desconstitucionalizando a matéria, a exemplo de como o tema é tratado em outras democracias do mundo, como nos Estados Unidos, na Suíça, na Grã-Bretanha, na Alemanha e na Espanha, "o que traz maior flexibilização na experimentação desse modelo".

— Não comungamos com aqueles que duvidam da responsabilidade e maturidade da população brasileira. Muito ao contrário, acreditamos que em todos os rincões desse país o povo



Paulo Hartung quer lei que regulamente o alistamento e o voto facultativos

tem tido a oportunidade de demonstrar, de maneira inequívoca, a sua maturidade política, quer rejeitando candidatos que estiveram envolvidos em escândalos, quer protestando, indo às praças públicas para manifestar apoio ou repúdio às mais di-

versas ações políticas ou candidatos — declarou o senador.

Ele citou como exemplo o crescente número de alistamentos eleitorais entre os jovens de 16 a 18 anos, que podem optar por votar ou não. Além do alistamento, os adolescentes também participam ativamente das campanhas eleitorais, dando importante contribuição ao processo, diante de seu natural espírito contestador, observou Hartung.

Paulo Hartung comentou ainda a posição de outros senadores favoráveis ao voto facultativo, como é o caso do senador José Fogaça (PMDB-RS), o qual afirmou publicamente que, "mesmo já tendo sido ardoroso defensor do voto obrigatório, mudou radicalmente sua posição em face de o plebiscito que deliberou sobre o sistema de governo ter demonstrado que a esmagadora maioria dos votantes não tinha idéia clara do que estava sendo votado".



Mauro afirma que falta de rumos tem marcado governo

Mauro cobra equilíbrio do governador de Goiás

Ao reclamar das críticas que o governador goiano Marconi Perillo fez ao programa eleitoral do PMDB, transmitido por rede estadual de rádio e televisão, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) cobrou do governador noções mínimas de amadurecimento e equilíbrio.

— Dominado por um momento de explosão emocional incontida, no mínimo imprópria para quem tem a responsabilidade de governar um estado com a importância política e econômica de Goiás, o jovem governador Marconi Perillo esgotou seu estoque de adjetivos para atacar, aos gritos, o meu partido, o PMDB — constatou o senador.

Mauro Miranda disse que a reação, divulgada pelos jornais goianos, refletia o inconformismo de Marconi Perillo com a qualidade do programa eleitoral do PMDB, onde, segundo o senador, foi mostrado o conjunto da obra econômica e social que o partido empreendeu em 16 anos de trabalho.

— Advertíamos para a falta de rumos que tem marcado os seis meses de administração do atual governo, paralisado pela preocupação exclusiva com o denuncismo, a intriga, a retaliação, enquanto as carências sociais da população não param de pedir providências objetivas — disse o senador.

Ressaltando que o governador criou um ambiente de palanque para festejar a adesão do deputado Sandes Júnior ao bloco político de apoio ao governo, Mauro Miranda afirmou que Marconi Perillo não entendeu a contribuição democrática do PMDB para tirar o governo atual da inanição de ações concretas. "Peço ao governador que trabalhe, que governe, que não envolva os interesses superiores de Goiás em questões pessoais, menores e sem futuro."

José Jorge pede apoio a manifesto pela paz

Uma grande mobilização pela paz, no Congresso Nacional e na sociedade brasileira, foi proposta pelo senador José Jorge (PFL-PE), que divulgou manifesto lançado pela Unesco, braço cultural da ONU, e assinado por personalidades como o ex-presidente sul-africano Nelson Mandela e o líder espiritual Dalai Lama. "Nosso objetivo é coletar 100 milhões



José Jorge diz que todos podem ser mensageiros da tolerância e da solidariedade

de assinaturas antes da Assembléia Geral das Nações Unidas, em setembro do ano 2000", informou José Jorge.

O senador observou que a assinatura do manifesto é apenas a primeira parte de um compromisso individual: "Precisamos mobilizar o maior número possível de pessoas que possam con-

tribuir para a cultura da paz, encorajando-as a se juntarem às organizações e às instituições já envolvidas em suas diferentes áreas". Para José Jorge, assinar o manifesto significa comprometer-se a respeitar todas as vidas, rejeitar a violência, compartilhar com o próximo, ouvir para entender, preservar o planeta e redescobrir a solidariedade.

A luta pela paz, no entanto, se estende além do universo institucional. "Todos podem agir no espírito desta cultura dentro do contexto da própria família, do local de trabalho, do bairro, da cidade ou da região, tornando-se mensageiros da tolerância, da solidariedade e do diálogo", disse José Jorge.

O senador por Pernambuco lembrou que a divulgação do Manifesto 2000 requer também um esforço para a coleta do maior número de assinaturas. Um site na Internet dedicado ao manifesto, incluindo o registro de todas as suas assinaturas, foi implementado, com acesso por meio da *homepage* da Unesco Brasil na rede mundial de computadores. O endereço é www.unesco.org.br. Mas para não restringir a participação dos que estão fora da Internet, as assinaturas podem ser coletadas também sob a forma escrita, com a reprodução do Manifesto 2000 e a coleta de assinaturas, onde constem dados pessoais tais como cidade, país e idade.

Entre os pontos do Manifesto 2000 estão o respeito à vida e à dignidade de todo e qualquer indivíduo; o repúdio à violência em todas as suas formas (física, psicológica, sexual, econômica e social); o cultivo da generosidade; a defesa da liberdade de expressão e da diversidade cultural; a promoção do consumo responsável; a efetivação de um modelo de desenvolvimento que respeite o meio ambiente; e a opção por uma sociedade solidária e baseada na participação democrática.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327
Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Aprovação de projetos e audiências públicas marcam atividade das comissões

As sete comissões permanentes do Senado aprovaram um total de 257 matérias no primeiro semestre. O número expressivo, aliado aos debates em audiência pública sobre os mais importantes temas nacionais, marca o trabalho dessas comissões.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), por exemplo, discutiu conflitos na América Latina e Europa. "Estas discussões foram fundamentais para que o Senado pudesse acompanhar de perto a política externa brasileira", ressaltou o presidente da CRE, senador José Sarney (PMDB-AP).

Trabalho semelhante desempenharam as comissões de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e de Fiscalização e Controle (CFC), que trouxeram representantes do governo e da sociedade organizada para debaterem as privatizações no setor energético. As comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômi-

cos (CAE) anteciparam uma discussão que estará na pauta nacional nos próximos anos: a produção e comercialização de alimentos transgênicos. Em junho foi realizado seminário sobre o tema, envolvendo produtores, comunidade científica e membros do governo. "Os debates dão uma visão mais clara sobre o que vem sendo feito na área social", defende o senador Osmar Dias (PSDB-PR), presidente da CAS.

Coube à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) dar início à discussão dos projetos de lei e propostas de emenda constitucional que compõem a reforma política. O senador José Agripino Maia (PFL-RN) sintetiza o que foi o trabalho da CCJ e do Senado como um todo. "Apesar do funcionamento de duas comissões parlamentares de inquérito, a CCJ fez muita coisa e realizou todas as reuniões ordinárias e ainda algumas extraordinárias", resumiu.



CAE examinou 56 matérias e sabatinou diretores do BC

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) apreciou, de janeiro a junho deste ano, 56 matérias, além de ter promovido audiências, sabatinas e tomadas de depoimentos de autoridades, num total de 25 reuniões. A maior parte das reuniões da comissão foi dedicada à apreciação de ofícios do Banco Central e de mensagens do presidente da República sobre refinanciamento de dívidas estaduais e municipais, empréstimos externos e internos e indicação de autoridades para o Banco Central, o Tribunal de Contas da União e o Conselho de Administração de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça.

Em janeiro, ainda sob a presidência do senador Pedro Piva (PSDB-SP), a CAE sabatinou o então candidato à presidência do Banco Central Francisco Lopes, aprovando sua indicação para o cargo. Ainda naquele mês, os senadores da comissão questionaram a política cambial e a situação das empresas endividadadas em dólar. Também aprovaram a programação monetária trimestral do governo e empréstimos para sanear bancos estaduais.

No dia 24 de fevereiro, a comissão elegeu seu novo presidente, o senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), tendo como vice Bello Parga (PFL-MA). Dois dias depois, a CAE já sabatinava o novo indicado do governo para presidir o BC, Armínio Fraga, em substituição a Francisco Lopes. Os senadores voltaram a debater a política cambial e questionaram Armínio Fraga sobre as políticas monetária, fiscal e de juros.

No mês de março, a comissão aprovou empréstimos do Banco Mundial no valor de US\$ 983 milhões, como parte da ajuda financeira de US\$ 41,5 bilhões concedida ao Brasil pelo Fundo Monetário In-



A sabatina dos integrantes da diretoria do Banco Central é, sempre, uma oportunidade para debater os rumos da economia brasileira

ternacional (FMI) e organizações multilaterais. Aprovou também várias operações de crédito interno e externo, inclusive para os setores de ciência e tecnologia, previdência, meio ambiente e saneamento urbano em bairros populares.

Numa sabatina na CAE, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do BC, Armínio Fraga, explicaram aos senadores, também em março, os novos termos do acordo com o FMI, a partir do memorando técnico assinado entre ambas as instituições, com previsão de inflação de 16,8% e dólar de R\$ 1,70 para este ano. Malan garantiu, na ocasião, que as metas acertadas no acordo não haviam sido impostas ao Brasil pelo FMI.

Nova programação monetária foi votada em abril, além de um empréstimo externo junto à Alemanha, destinado à despoluição do rio Tietê, com parecer favorável aprovado pelos senadores. A comissão aprovou também empréstimos para médias e pequenas empresas, para o saneamento do Banco do Amazonas e para o reaparelhamento da Marinha, bem como o reescalonamento das dívidas do

Suriname e da República da Guiné para com o Brasil.

Em maio, a CAE ouviu exposição do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), José Pio Borges, requerida pelos senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Eduardo Suplicy (PT-SP). Pio Borges falou sobre crédito às micro e pequenas empresas, distribuição regional de investimentos, programa de ajuda a empresas brasileiras endividadadas em dólares e participação do banco nas privatizações.

No início de junho, os senadores aprovaram o nome de Ney Suassuna (PMDB-PB) para a presidência da CAE, diante do fato de o senador Fernando Bezerra ter assumido a liderança do governo, e mantiveram Bello Parga na vice. No mesmo mês, a CAE realizou reuniões conjuntas com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para debater, com autoridades convidadas, o programa de reforma agrária do governo e a utilização de produtos transgênicos (geneticamente modificados).

Solução para precatório foi uma das decisões mais importantes

Uma das matérias mais importantes aprovadas pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) neste primeiro semestre foi o substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) ao projeto do senador José Agripino (PFL-RN) permitindo o refinanciamento, junto à União, dos títulos públicos para pagamento de precatórios emitidos após 13 de dezembro de 1995, em até 120 parcelas iguais e sucessivas. A matéria foi votada em regime de urgência e aprovada pelo plenário do Senado.

O assunto foi bastante discutido e a decisão foi tomada em reunião conjunta entre a CAE e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no dia 15 de junho. A decisão modificou a Resolução nº 78 do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, Distrito Federal e municípios. O artigo 12 dessa resolução proíbe o refinanciamento desses títulos, considerados fraudulentos pela CPI que investigou os

precatórios. Depois de muita polêmica, os senadores decidiram abrir a possibilidade de refinanciamento desses papéis.

No âmbito da reforma administrativa e da contenção de gastos do governo, a CAE aprovou proposta do Executivo que manteve o limite de 60% da receita líquida dos estados com despesas de pessoal, baixando esse limite para 50% quando se tratar de despesas da União. Aprovou ainda proposta de emenda constitucional que permite a demissão de servidores estáveis quando houver excesso de despesas.

Um projeto determinando que empresas publiquem, nas embalagens de produtos, fotos de crianças desaparecidas teve parecer favorável aprovado pela CAE em maio. Outra matéria importante aprovada pela comissão foi o parecer favorável a projeto que garante aos empregados o direito à remuneração relativa ao período incompleto das férias ao deixarem o emprego, mesmo sem terem completado um ano de trabalho na empresa.

Debate sobre os rumos da economia será intensificado

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ney Suassuna (PMDB-PB), informou que, no segundo semestre, a comissão estará ainda mais sintonizada com o debate da política econômica, promoverá a realização de painéis com autoridades e produzirá uma revista trimestral, com artigos de representantes dos setores agrícola, têxtil, da construção, eletroeletrônico e financeiro.

Suassuna disse que a comissão é muito importante para debater os rumos da economia do país e fundamental para a aprovação de matérias relevantes, relacionadas a operações

de créditos externos e internos, indicação de autoridades e mudanças nas áreas econômica e trabalhista.

— Com os problemas vividos pela economia, a CAE passa a ter ainda mais importância. É uma comissão que trata de assuntos que requerem muita atenção dos senadores e que são importantes para o país — afirmou.

O senador pretende ampliar o número de reuniões conjuntas com as comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS). A CAE deverá também reunir-se mais com a Comissão de Fiscalização e Controle, segundo Suassuna.



Ney Suassuna

CI já aprovou 16 matérias neste ano

De fevereiro a junho, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura se reuniu nove vezes e realizou três audiências públicas. Em igual período do ano passado, foram aprovadas duas matérias e realizadas três reuniões

Sob a presidência da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), composta por 23 integrantes, realizou nove reuniões neste semestre. Foram aprovadas 16 matérias e realizadas três audiências públicas. No mesmo período do ano anterior, a comissão se reuniu três vezes e aprovou duas matérias, segundo dados da CI.

Entre os projetos aprovados pela comissão em 1999, está o que inclui no Plano Nacional de Viação a ligação rodoviária de diversas localidades no norte dos estados do Pará e do Maranhão. Segundo o projeto, 11 trechos de estradas, num total de 644 km, seriam incorporados à rede federal. A inclusão dessas rodovias à malha nacional reduz em mais de 100 km a distância entre Belém e São Luís.

Outro projeto aprovado permite que órgãos da administração direta e autárquica da União, estados, Distrito Federal e municípios realizem a extração de substâncias minerais, como areia ou saibro, para obras públicas. O projeto, já aprovado na Câmara dos Deputados, impede a comercialização pelo poder público do produto extraído. Foi aprovado também projeto de iniciativa da Câmara que inclui os portos de Itumbiara e São Simão, ambos no rio Paranaíba, no estado de Goiás, na relação descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres do Plano Nacional



de Viação.

Na última reunião do primeiro semestre, a comissão aprovou projeto que obriga as emissoras de televisão a divulgar, ao longo de sua programação diária, por 90 segundos, fotografias identificadas de pessoas desaparecidas ou seqüestradas, além do número de telefone para contato. A matéria vai agora à Comissão de Assuntos Sociais, para decisão terminativa. Foi aprovado ainda nesta reunião o nome do senador Alberto Silva (PMDB-PI) para o cargo de vice-presidente da comissão.

A comissão rejeitou parecer favorável do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) a projeto do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) que torna obrigatório o uso de dispositivos de segurança em tanques e recipientes de combustíveis líquidos e gasosos.

Foi arquivado, mediante parecer da CI, projeto de iniciativa da Câmara dos Deputados que trata da apreensão de animais nas rodovias e respectivas faixas de domínio. Segundo parecer do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), a matéria já é disciplinada pelo Código de Trânsito Brasileiro.

O Regimento Interno da Casa define como atribuições específicas da comissão a apreciação de matérias pertinentes a transportes, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos e hídricos e, ainda, serviços de telecomunicações.

Taxas pagas por emissoras educativas foram reduzidas

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura aprovou no primeiro semestre, em caráter terminativo, substitutivo da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) a dois projetos do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que incluem no Plano Nacional de Viação duas rodovias do estado de Roraima. Trata-se da BR-431, que vai de Jundiá até Santa Maria do Boaçu, num



Marluce propôs substitutivo que incluiu duas rodovias de RR no Plano Nacional de Viação

total de 125 km, e da BR-432, referente ao trecho que liga Novo Paraíso até Boa Vista, compreendendo um total de 185 km.

Em maio, a comissão aprovou, também terminativamente, projeto de lei da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) que reduz os valores das taxas de fiscalização de instalação e funcionamento de serviços de radiodifusão de sons e imagens, cobradas de emissoras educativas. A matéria, que já havia recebido pareceres favoráveis das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE), teve como relator na CI o senador Arlindo Porto (PTB-MG).

– As empresas de radiodifusão educativa estão impedidas de veicular publicidade, o que torna impraticáveis, para elas, os valores das taxas de fiscalização estabelecidos na Lei 9.691/98, que as equipara às empresas do setor de televisão comercial. O projeto tem o objetivo de corrigir essa injustiça – relatou Arlindo Porto.

O projeto de Emilia propõe que as emissoras educativas paguem 20% do valor cobrado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) das emissoras comerciais.



A privatização do setor elétrico foi um dos temas debatidos em audiência pública pela comissão

Ministro de Minas e Energia dá explicações sobre blecaute

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) debateu, em audiência pública realizada em abril com a presença do ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, o blecaute ocorrido em março. O ministro assegurou à comissão que as concessionárias de serviços de distribuição de energia elétrica deveriam indenizar os usuários prejudicados pelo blecaute. Participaram ainda da audiência, realizada em conjunto com a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), diretores de empresas geradoras de energia e representantes dos consumidores.

Outra audiência feita pela CI, no dia 12 de maio, debateu o modelo proposto pelo governo para a privatização de Furnas Centrais Elétricas, também em reunião conjunta com a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC). A reunião contou com a participação do presidente da Eletrobrás, Firmino Ferreira, e do diretor de Produção de Furnas, Celso Ferreira.

No dia 10 de agosto, será promovida pela CI outra audiência pública, convocada por requerimento de Geraldo Cândido (PT-RJ), para que os senadores obtenham informações que permitam votar projeto de lei do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) sobre a preservação da concepção urbanística de Brasília. Deverão participar da audiência o secretário-adjunto de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal, Paulo Bicca; a secretária de Habitação, Ivelize Maria Longhi Pereira da Silva; o coordenador da 14ª Regional do Iphan, Marcelo Brito, e o presidente do Sindicato dos Arquitetos do DF, Silvano da Silva Pereira.

Ficou agendada para o dia 17 de agosto

audiência pública que debaterá o primeiro ano da privatização das telecomunicações, requerida pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS).

Devem ser ouvidos o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga; o presidente do Conselho Diretor da Anatel, Renato Navarro Guerreiro; o deputado estadual Gilmar Tato (PT-SP), relator da CPI da Telefonia de São Paulo; representante da Federação Nacional dos

Telefônicos (Fitel) e o jornalista Aloísio Biondi, autor de livro sobre as privatizações no país.

Também foram aprovados requerimentos para audiências ainda não agendadas. O ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, será ouvido sobre o imposto verde, destinado à recuperação das estradas. A CI ouvirá novamente, a pedido de Jader Barbalho (PMDB-PA), o

ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, e o presidente da Petrobras, Henri Philpe Reichstul, sobre os estudos técnicos e administrativos que dariam suporte à proposta de mudança da sede da Petrobras da cidade de Belém, no Pará, para Manaus, no Amazonas.

A comissão acolheu requerimentos do senador Roberto Requião (PMDB-PR) solicitando que sejam remetidas à CI as fitas com as gravações das conversas entre os técnicos dos principais centros de operação do sistema na hora em que ocorreu o blecaute que deixou várias capitais sem energia elétrica no último dia 11 de março. Outro requerimento do senador convida para depor na CI os operadores que estavam de serviço no momento em que ocorreu o blecaute.

“Conseguimos dinamizar o trabalho”, avalia Emilia

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) classificou de “altamente positivo” o resultado no primeiro semestre dos trabalhos da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), da qual é presidente. Ela comparou a realização, no primeiro semestre de 99, de nove reuniões com as três feitas no mesmo período do ano passado. Nessas reuniões, lembrou, a comissão aprovou 16 matérias, contra apenas duas no primeiro semestre de 98.

– Conseguimos dinamizar o trabalho da comissão. Com todo o acúmulo de atividades que houve no Senado no primeiro semestre, com CPIs e inclusive choque de horários de comissões, houve importante participação dos senadores na CI. O resultado foi satisfatório diante da realidade do Congresso nesse semestre – analisou Emilia.

Ela destacou como importantes a eleição do vice-presidente da comissão, senador Alberto Silva (PMDB-PI), e a prestação, com o apoio da Biblioteca do Senado, do serviço Disseminação Seletiva de Informações. Trata-se de uma publicação quinzenal com as principais reportagens publicadas sobre temas de interesse da comissão (minas, energia, transporte, comunicação e obras públicas) publicadas nos principais jornais do país. A senadora informou que a publicação é enviada a diversas secretarias de governo, sendo que cada estado recebe, pelo menos, uma cópia.

Emilia diz que a CI não se dedica apenas a receber matérias e analisá-las.

– Será um fórum permanente de discussão de assuntos pertinentes à comissão – promete.

No próximo semestre, Emilia pretende promover discussões na CI sobre a privatização das telecomunicações, os recursos hídricos e o transporte.



Tourinho anunciou na comissão que as concessionárias teriam que indenizar os usuários

CAS acolhe cinco projetos em caráter terminativo

Comissão teve intenso ritmo de trabalho durante todo o primeiro semestre de 1999, destacando-se não só pela votação de proposições como também pelas audiências públicas organizadas para discutir temas importantes da área social

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou 18 proposições no primeiro semestre de 1999, cinco delas em caráter terminativo. Dentre estas, destaca-se o projeto de lei que assegura aos pescadores o recebimento do seguro-desemprego nos meses em que a pesca é proibida, de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e relatado pela senadora Heloisa Helena (PT-AL).

Entre os projetos de caráter terminativo está também o projeto de lei da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) que permite a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para quitar prestações atrasadas de financiamentos habitacionais. O projeto teve parecer favorável do relator, senador Paulo Hartung (PSDB-ES).

A CAS, presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), aprovou cinco importantes projetos de lei provenientes da Câmara dos Deputados, todos de caráter não-terminativo. Um desses é o que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a realizar cirurgias plásticas reparadoras das mamas, nos casos de mutilações decorrentes de tratamento de câncer. O projeto foi relatado pelo se-



Audiências públicas com responsáveis pelos programas sociais do governo marcaram atividades da CAS

nador Tião Viana (PT-AC). O senador relatou também o projeto de lei da Câmara que determina o financiamento, com recursos próprios da União, de um subsistema de atenção à saúde das populações indígenas.

Outros projetos de destaque oriundos da Câmara e aprovados pela CAS são o que obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (gás de cozinha) a lacrar os bujões e a recondição-los a cada cinco anos, relatado pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO); o que concede pensão especial aos irmãos indigenistas Cláudio e Orlando Villas Boas, cuja relatora foi a senadora Marina Silva (PT-AC); e o que estende aos maiores de 65

anos de idade a gratuidade dos transportes coletivos entre municípios limítrofes, relatado pelo senador Leomar Quintanilha (PPB-TO).

Quintanilha foi o autor do requerimento aprovado pela comissão que resultou no seminário sobre produtos transgênicos. Por fim, devem ser destacadas as aprovações, pela CAS, dos indicados pelo presidente da República para compor a diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Ricardo Oliva e Luiz Felipe Moreira Lima.



Osmar Dias destaca maior motivação nos trabalhos

O presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Osmar Dias (PSDB-PR), destacou a maior motivação nos trabalhos nesta legislatura. Segundo o senador, nas legislaturas passadas havia um certo desinteresse pelos trabalhos da CAS.

Osmar Dias afirmou ter procurado motivar os senadores ao trazer ministros de Estado e gerentes de políticas sociais do governo federal, que debateram na comissão suas ações e estratégias. Esses debates, segundo ele, permitiram aos parlamentares uma visão mais clara daquilo que vem sendo desenvolvido na área social, possibilitando a crítica e a formulação de propostas visando o aperfeiçoamento dessas políticas.

O presidente da CAS relacionou oito debates, que contaram também com integrantes dos movimentos sociais organizados. De acordo com Osmar Dias, nas discussões ficou claro haver uma



Osmar Dias

insatisfação muito grande, principalmente por parte das entidades sociais organizadas, com relação àquilo que o governo vem desenvolvendo no contexto social do país.

Entre esses debates, o senador destaca o seminário sobre a utilização de produtos transgênicos, que para ele muito contribuiu na discussão sobre a liberação desses produtos no Brasil.

O senador ressaltou que a CAS não descuidou dos trabalhos legislativos, realizando cinco reuniões para apreciação de proposições parlamentares.

Osmar Dias citou, entre as votações mais importantes, projetos sobre as comunidades indígenas, os trabalhadores em geral e a propaganda de fumo e bebida. Relacionou também a emenda constitucional, de sua autoria, que limita o prazo para o ingresso na Justiça de ações trabalhistas pelo trabalhador rural.

Comissão de Educação apreciou 82 matérias e criou duas subcomissões

A Comissão de Educação (CE) do Senado apreciou neste primeiro semestre nada menos do que 82 projetos, em sua maioria relativos à renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão. Para o presidente da comissão, senador Freitas Neto (PFL-PI), os trabalhos foram "bastante positivos", com a realização de reuniões todas as semanas.

Durante o período, a Comissão de Educação aprovou quatro projetos em caráter terminativo, que foram encaminhados diretamente para votação do plenário da Câmara dos Deputados, com destaque para o que reserva 50% das vagas nas universidades públicas para os alunos que tenham cursado integralmente o 1º e o 2º graus em escola pública, desde que aprovados em exame seletivo.

Mas os trabalhos da comissão não ficaram apenas na apreciação de projetos. A Comissão de Educação criou uma Subcomissão de Rádio e Televisão para, em caráter permanente, acompanhar o papel desses meios de comunicação perante a sociedade. Compete à subcomissão apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídos para o setor, bem como



Senadores aprovaram Política Nacional de Educação Ambiental

promover a interação do Senado com as emissoras, a fim de estabelecer um constante diálogo entre produtores e consumidores das programações veiculadas.

A CE decidiu criar uma Subcomissão do Cinema Brasileiro, esta de caráter temporário, destinada a fazer uma ampla análise do cinema nacional com o objetivo de propor uma legislação específica de fomento para esse tipo de arte.

A comissão abriu espaço para os grandes debates envolvendo a educação brasileira, em todos os níveis. Numa das audiências públicas promovidas pela CE, o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, atendeu ao convite do presidente da comissão, senador Freitas Neto, e pres-

tou conta dos resultados do Fundo de Valorização do Magistério e do Ensino Fundamental (Fundef) lançado pelo governo e que acaba de completar um ano. A reunião durou mais de quatro horas. A comissão também aprovou o projeto do Executivo tornando obrigatória a inclusão do ensino da Língua Espanhola nas escolas de 1º e 2º graus de todo o país.

Os senadores aprovaram em caráter terminativo o projeto que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e o que torna obrigatória a divulgação dos índices de evasão e repetência nas escolas de 1º e 2º graus também foi acolhido pela CE.

Freitas afirma que CE vai manter ritmo no 2º semestre

Para o presidente da Comissão de Educação do Senado, Freitas Neto, a subcomissão que vai acompanhar a programação das emissoras de rádio e televisão, presidida pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), terá muito trabalho no segundo semestre já que o tema, conforme salientou, é polêmico e merece um estudo a-

profundado. Informou que a subcomissão vai realizar uma série de audiências públicas com profissionais e autoridades do setor, com o objetivo de colher subsídios para que as emissoras tenham programas de melhor qualidade.

Com relação à Subcomissão do Cinema Brasileiro, que tem como presidente o senador José Fogaça (PMDB-RS), Freitas Neto disse que aquele órgão estará aberto a partir do segundo semestre para receber sugestões das pessoas que fazem o cinema no país a fim de que o Senado possa recomendar ao Poder Executivo propostas que venham ajudar, incrementar e beneficiar a arte cinematográfica.

"A Comissão de Educação cumpriu a sua missão neste primeiro semestre", disse Freitas Neto, ao prever que no se-



Freitas Neto

gundo semestre a CE continuará com a mesma produção de trabalho, realizando reuniões ordinárias e extraordinárias para que todas as proposições sejam debatidas e analisadas em tempo hábil. E anunciou que logo nos primeiros dias de agosto o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, irá comparecer à comissão para fazer uma análise do setor.

Freitas Neto enalteceu a criação do Fundo de Valorização do Magistério e do Ensino Fundamental (Fundef), que tem como meta qualificar e conceder melhores salários aos professores, lembrando que os estados do Norte e Nordeste serão os mais beneficiados.

Para o segundo semestre, a Comissão de Educação tem uma pauta preliminar cheia. Entre os projetos a serem votados estão o que regulamenta o exercício profissional da acupuntura, o que municipaliza a distribuição da merenda escolar e o que institui o estudo dos direitos humanos na formação do policial.

CRE aprecia acordos sobre minas e contra o tráfico

Projetos importantes foram discutidos pelos integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Um semestre produtivo, com a apreciação de diversos projetos importantes e a promoção de debates sobre conflitos na América Latina e na Europa, fundamentais para que o Senado brasileiro acompanhe de perto a formulação e execução das grandes ações da diplomacia nacional. Essa é a avaliação do senador José Sarney (PMDB-AP) sobre o trabalho desenvolvido pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), da qual é presidente.

Ao longo de dez reuniões ordinárias e cinco extraordinárias, a comissão apreciou um total de 55 matérias, sendo 36 projetos de decreto legislativo, 14 mensagens, dois projetos de lei oriundos da Câmara dos Deputados e três requerimentos. Dentre os acordos internacionais aprovados pelos integrantes da CRE



estão os tratados para transferência de estrangeiros presos e condenados pelo governo brasileiro, especificamente argentinos e chilenos.

A comissão apreciou, ainda, o texto da Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência

de Minas Antipessoal e sobre sua Destrução, bem como o acordo de cooperação entre governos integrantes da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, para a redução da demanda, prevenção do uso indevido e combate à produção e ao tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas.

Os conflitos no Paraguai, onde a violência política provocou inclusive a renúncia do presidente Raúl Cubas, e na Iugoslávia, que resultou nos ataques da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte), em repre-

sália às agressões dos sérvios aos albaneses da região de Kosovo, também foram analisados pelos senadores. O ministro interino das Relações Exteriores, embaixador Luís Felipe de Seixas Corrêa, fez uma ampla exposição sobre a posição e atuação do país nos dois casos. Em seguida, esclareceu dúvidas dos parlamentares sobre a atuação da diplomacia brasileira.

Entre os acordos internacionais aprovados pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional vale destacar, ainda, os documentos firmados pelo Brasil nas áreas de comércio exterior, venda de armas, uso de energia nuclear, pesquisa científica e tráfico de drogas, entre os quais um tratado com a Colômbia para impedir o uso ilegal de substâncias químicas essenciais para o processamento de entorpecentes. O texto do acordo operacional da Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite (Intelsat) também foi aprovado.



Reuniões na comissão informaram senadores sobre posições diplomáticas do Brasil

Para Sarney, um semestre muito produtivo

Na condição de ex-presidente da República e presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, o senador José Sarney (PMDB-AP) avalia este primeiro semestre de trabalho legislativo da comissão como expressivo, em função da aprovação dos documentos de adesão do país a acordos internacionais importantes, além da organização e promoção de debates em torno de conflitos onde a diplomacia brasileira marcou presença:

– As atividades da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado são naturalmente importantes pelo fato de ser o órgão que analisa e aprova os acordos e tratados internacionais do país, bem como as indicações de embaixadores para representar o Brasil no exterior – explica.

Dentro desse quadro, no entanto, Sarney identifica e destaca momentos que têm uma expressão ainda



José Sarney

maior: as sabinas dos diplomatas indicados para representar o país junto aos Estados Unidos e à Grã-Bretanha, por exemplo, em função do peso das relações bilaterais. E também a adesão brasileira a acordos internacionais importantes, “como o tratado antitimas e de combate ao narcotráfico”.

A crise do Paraguai, onde a violên-

cia política provocada pelo assassinato do vice-presidente daquele país provocou inclusive a renúncia do presidente Raúl Cubas, foi outro momento importante para a atuação da CRE, aponta o senador José Sarney. O ministro interino de Relações Exteriores foi convidado a debater o assunto com os parlamentares, inclusive para situar a atuação brasileira na defesa do sistema democrático na América do Sul, observou.

Na mesma linha de preocupação – informar os senadores que integram a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a posição e atuação do país diante de outro conflito –, o ministro interino Luís Felipe de Seixas Corrêa também debateu a crise da Iugoslávia com os parlamentares. O conflito nos Balcãs, em função da guerra provocada a partir de Kosovo, foi outra grande preocupação da comissão nesse primeiro semestre, destacou Sarney.



A CFC ouviu dirigentes de estatais para avaliar privatizações no setor elétrico

Concessões do setor público foram tema de debates na CFC

Os debates sobre as concessões de serviços públicos foram uma constante no trabalho da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) neste primeiro semestre. Pelo Regimento do Senado, a CFC é encarregada de opinar sobre matérias que tratam de transportes, obras públicas, recursos hídricos e geológicos e serviços de telecomunicações. Já na posse na presidência da comissão, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) destacava a importância das audiências com autoridades para o trabalho da CFC:

– Estamos dispostos a investigar toda denúncia de desvio de dinheiro público. A comissão é uma das mais importantes, já que fiscaliza a aplicação de recursos pelo governo e é onde a sociedade pode exercer o controle dos gastos – afirmou o senador.

A modernização do setor elétrico foi discutida pelo ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho Neto, em audiência pública conjunta das comissões de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e de Fiscalização e Controle, realizada em abril. Na ocasião, o ministro Tourinho anunciou a determinação do governo para que as concessionárias de energia elétrica indenizassem os danos do blecaute de 11

de março.

O ministro recomendou à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que abrisse processos administrativos para apurar responsabilidades e obrigar o ressarcimento dos prejuízos. Em sua exposição, Tourinho disse que o governo vem tomando providências para que o problema não se repita, envolvendo a construção de usinas termoeletricas em grandes cidades e a viabilização de novas hidroelétricas e linhas de transmissão de alta tensão:

– Temos absoluta convicção de que muito em breve teremos um setor elétrico mais moderno, mais seguro e que terá um excelente nível de satisfação aos consumidores – garantia o ministro.

Romero Jucá viu resultados positivos na presença do ministro na comissão. Para ele, o encontro ajudou a definir um modelo a ser discutido para as privatizações da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) e da Eletronorte:

– O ministro mostrou-se sensível diante das críticas que ouviu dos parlamentares acerca do modelo de privatização atual e se comprometeu a discutir novamente o assunto no Senado – ressaltou o senador.



Romero Jucá

Privatizações em discussão

Em maio, as comissões de Fiscalização e Controle (CFC) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI) realizaram audiência conjunta com o presidente da Eletrobrás, Firmino Ferreira, e o diretor de Produção de Furnas, Celso Ferreira. Em pauta, o modelo proposto pelo governo para a privatização de Furnas.

Os dirigentes das estatais fizeram uma explanação sobre o arcabouço legal que levou ao atual modelo de privatização e sobre o desempenho técnico e financeiro de Furnas. Segundo Celso Ferreira, a empresa, que junto com Itaipu é responsável por 59% da energia brasileira, é eficiente, lucrativa (R\$ 452 milhões em 1998), e está com um quadro enxuto de funcionários (cerca de 4 mil empregados em abril último). Participaram da reunião secretários de Energia dos estados do Rio de Janeiro, Goiás e Minas Gerais. Todos mani-

festaram preocupação com as conseqüências do modelo proposto. “Não é possível que o setor de energia seja guiado apenas pela lucratividade”, afirmou o secretário goiano, Bráulio Afonso.

Também em audiência perante a CFC, o presidente da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), Mozart Araújo, explicou a privatização da empresa, baseada em cisão que produzirá quatro outras companhias, sendo três geradoras e uma distribuidora. O processo foi interrompido, conforme relatou Araújo, porque lideranças regionais solicitaram alterações no modelo. A partir daí, iniciou-se a discussão da proposta entre todas as partes envolvidas.

O senador Romero Jucá (PSDB-RR), presidente da CFC, garantiu que a comissão será um fórum de debate do assunto e assegurou presença, em todas as audiências, de representantes dos empregados.

CCJ foi ouvida sobre principais temas votados pela Casa

A reforma administrativa, o fim dos juízes classistas e a criação do Ministério da Defesa foram alguns dos assuntos discutidos na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que votou 36 pareceres no semestre



A regulamentação da reforma administrativa, o fim dos juízes classistas e da obrigatoriedade do kit de primeiros socorros nos carros, a criação do Ministério da Defesa e

da Agência Brasileira de Inteligência. Esses foram alguns dos 36 temas apreciados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) desde o início da atual legislatura, quando o senador José Agripino (PFL-RN) foi eleito para comandar os trabalhos da comissão. Apesar do resultado, o presidente da CCJ acredita que, não fora o funcionamento de duas CPIs, mais pareceres poderiam ter sido aprovados pelos senadores.

– Pelas suas características, a CCJ é uma comissão asoberbada de atribuições e neste primeiro semestre os seus trabalhos foram, de certa forma, prejudicados pelo funcionamento de duas CPIs que se reuniam três dias por semana e impediam, por exemplo, que a comissão, que tinha o desejo de deliberar sobre mais matérias, pudesse fazer reuniões extraordinárias – analisou Agripino.

Ainda assim, o presidente da CCJ destacou que “muita coisa foi feita” e todas as reuniões ordinárias e algumas extraordinárias foram realizadas no período. Nessas ocasiões, Agripino lembrou a deliberação sobre matérias muito importantes, como a aprovação de novas regras para a Lei Camata, que fixa em 60% o percentual máximo gasto por estados e municípios com a folha de pagamento do funcionalismo público e estabelece

normas gerais para a demissão de servidores.

– Esses assuntos, da reforma administrativa, são importantíssimos para balizar a administração pública federal, estadual e municipal – afirmou.

A criação de duas novas estruturas no governo federal, o Ministério da Defesa e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), a partir de projetos enviados ao Congresso pelo Executivo, também foram incluídos por Agripino no rol das matérias mais relevantes analisadas pela CCJ em 1999.

– A criação da Abin foi discutida pela comissão em substituição ao SNI (Serviço Nacional de Informação). Qualquer país democrático exige e não pode prescindir de um órgão geral de inteligência



José Agripino

e informação – disse ele.

JUSTIÇA E ECONOMIA

Medidas relacionadas ao funcionamento do Poder Judiciário receberam atenção da CCJ neste primeiro semestre. Além de dar parecer favorável ao projeto que estabelece o fim dos juízes classistas, que já tramita na Câmara dos Deputados, a comissão aprovou,

no mês passado, parecer ao projeto que garante proteção especial a testemunhas e acusados que colaborem em processo criminal.

No primeiro semestre, foram realizadas pela CCJ seis sessões de autoridades indicadas para o Judiciário e Ministério Público, no exercício de competência privativa da Casa. Os senadores da comissão aprovaram cinco indicações

do presidente Fernando Henrique Cardoso para juízes do Superior Tribunal de Justiça (STJ), além da recondução do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, para novo mandato de dois anos.

A CCJ também participou de importantes decisões sobre a economia do país. Os senadores da comissão tiveram participação, junto com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), na elaboração de um projeto de resolução que buscou dar uma solução para o refinanciamento dos títulos emitidos por Alagoas, Pernambuco e Santa Catarina para pagamento de precatórios judiciais. Além disso, a CCJ aprovou parecer favorável à proposta de emenda à Constituição, já enviada à Câmara, que altera o funcionamento do sistema financeiro nacional, eliminando o limite anual de 12% para os juros.

Aumenta a participação dos senadores no debate em plenário

O aumento da participação dos senadores nos trabalhos da Casa é a principal conclusão do balanço das atividades do plenário e comissões no primeiro semestre de 1999 feito pelo secretário-geral da Mesa do Senado, Raimundo Carreiro Silva. As inscrições para pronunciamentos de plenário, por exemplo, cresceram em cerca de 50%, registrando-se média diária de vinte oradores, enquanto os debates passaram a ocupar todo o tempo da sessão plenária não destinada à votação de matérias na Ordem do Dia.

– A procura é tanta que, no final de cada sessão, os senadores fazem fila de inscrição para a seguinte – comentou o secretário-geral.

De acordo com Carreiro, a comparação entre os primeiros meses da atual legislatura e o mesmo período da anterior demonstra o crescimento das atividades do Senado.

– Do ponto de vista do trabalho legislativo, 1999 tem sido surpreendente, com o comparecimento maciço dos senadores tanto ao plenário quanto às comissões, num ritmo muito intenso – afirmou.

Ele observou também que esta legislatura mantém a tradição de uma composição do Senado ser, majoritariamente, de homens e mulheres com grande experiência político-administrativa, vindos de governos estaduais, da Câmara dos Deputados e das assembleias estaduais.

Segundo a Secretaria Geral, de 4 de janeiro a 30 de junho deste ano, realizaram-se 110 sessões plenárias. Somente em junho, foram apreciadas 48 matérias pelo plenário, que funcionou simultaneamente com as comissões permanentes e com as CPIs. Carreiro explicou não houve choque entre as atividades da Casa porque o Regimento Interno protege as votações, ao estabelecer que as CPIs não podem funcionar durante a Ordem do Dia.

A Secretaria Geral presta assessoramento direto e imediato à Mesa durante as sessões do Senado, dando suporte técnico às decisões tomadas pelo presidente sobre as mais diversas questões constitucionais, legais e regimentais.

Acesso a informações legislativas é ampliado

Um novo sistema de informação legislativa está sendo implantado para garantir a qualquer cidadão o acesso, a partir do site do Senado na Internet, ao texto integral e à tramitação de uma proposição, desde a sua leitura até à última ação relativa à matéria.

– Da Libéria, a pessoa pode saber o que aconteceu com um projeto de seu interesse – exemplificou o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva, ao falar sobre o banco de dados do Senado, que tem nova configuração e dispõe de maior número de informações.

O novo sistema, segundo Carreiro, está tendo excelente aceitação por parte do usuário. Ele permite que se saiba onde se encontra determinado projeto, a que comissões foi distribuído e quem é o seu relator. A partir do site do Senado, também é possível ter acesso a todos os discursos pronunciados em plenário.

Para obter informações sobre um projeto, o usuário deve abrir a página do Senado (<http://www.senado.gov.br>), clicar no link “Processo Legislativo” e em seguida

em “matérias em tramitação (pesquisa por campos)”. Deverá, em seguida, especificar que tipo de proposição procura, o seu número e o ano de sua apresentação e terá, assim, acesso a um sumário da tramitação da proposta. Clicando na linha em que está inscrito o projeto que pesquisa, o usuário conhecerá toda a tramitação da matéria.

Até que a implantação do sistema esteja concluída, o texto integral da proposta poderá ser obtido clicando-se em “Diário do Senado”, desde que se saiba a data da publicação da leitura ou da votação da matéria. O usuário marcará a data da pu-



Carreiro, na foto entre Carlos Patrocínio e Antonio Carlos, informa que o projeto “está em fase de acabamento”

blicação, chegará ao “Diário do Senado” e buscará a página em que foi publicado o que lhe interessa. Depois, clicará na ferramenta representada por um binóculo, digitará o número da página e, em seguida, para vê-la na tela, clicará na ferramenta representada por um binóculo e uma seta.

– Esse projeto está em fase de acabamento. Quando o

Diário estiver totalmente informatizado, ele circulará quatro horas depois do término da sessão plenária – informou Carreiro, esclarecendo que o projeto está sendo desenvolvido pela Secretaria Geral da Mesa, pelo Prodases e pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep).



Os membros da CCJ voltam a se reunir na primeira semana de agosto para discutir algumas das mais polêmicas mudanças propostas na Lei Eleitoral

Começam a ser discutidas propostas de reforma política

Depois de ter sido incluído na convocação extraordinária de janeiro, o pacote de propostas da reforma política começou a tramitar na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no primeiro semestre deste ano. Em maio, os senadores da comissão aprovaram parecer favorável ao projeto de lei proibindo coligações nas eleições proporcionais para deputados federal e estadual e vereadores. Depois de ir a plenário, a matéria voltou à comissão para análise de emenda do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

No sentido de viabilizar a votação dos itens da reforma política, o presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), já definiu uma estratégia para acelerar a tramitação da reforma política.

Assim, ele atendeu também a apelo do senador Sérgio Machado (PSDB-CE), relator da comissão especial que estudou mudanças na legislação partidária e eleitoral, que defende que as propostas sejam enviadas a plenário o mais rápido possível.

Agripino agendou para a primeira se-

mana de agosto reunião específica para tratar de quatro projetos de lei considerados fundamentais: a cláusula de desempenho para partidos políticos, a fidelidade partidária com ampliação do prazo entre filiação e candidatura, os critérios para candidaturas à reeleição e a emenda de Valadares, que possibilita a criação de federações de partidos.

– A reforma política deve dominar as atenções da CCJ no segundo semestre – previu Agripino. Ele atribui o cuidado dos senadores na análise desses projetos por se tratarem de temas que dizem respeito aos interesses dos partidos, muitas vezes divergentes.

O presidente da CCJ acredita que só com entendimento político será possível avançar na tramitação das propostas:

– Para que se evolua a uma posição de votação, é preciso buscar o consenso e o entendimento, para que se encontre um texto palatável para as diversas correntes, a fim de que se evite o confronto e a disputa que pode não significar, na verdade, uma vontade forte da nação – avaliou Agripino.

Amorim cobra liberação de recursos do Pronaf e Procerá

Na opinião do senador Ernandes Amorim (PPB-RO), a decisão do Ministério da Agricultura de suspender as aplicações dos programas de apoio à reforma agrária e à agricultura familiar – Procerá e Pronaf – está dificultando a vida dos produtores agrícolas, especialmente aqueles do seu estado, Rondônia, onde a agricultura familiar é muito forte.



Amorim: decisão do governo dificulta vida dos produtores

Ele explicou que os programas estão suspensos para que sejam definidas as novas sistemáticas em que funcionarão. A intenção, tanto do Ministério da Agricultura quanto do Ministério da Fazenda, é transformar o Procerá e o Pronaf em um programa único, de forma a melhorar o financiamento da agricultura familiar e

daquela praticada nas pequenas propriedades. “O resultado é que o calendário agrícola está sendo comprometido, pois a natureza, as chuvas, não esperam a burocracia”, alertou Amorim.

O senador disse que não pode deixar de registrar o esforço do Banco da Amazônia em ajudar os agricultores, mas observou que o Basa depende dessas definições para dar prosseguimento à liberação dos contratos de investimento. Em 1998, o Basa fechou, somente em Rondônia, cerca de 4.000 contratos, com investimentos de R\$ 30 milhões. Para este ano, tem R\$ 90 milhões disponíveis para aplicações, e a expectativa é de que ao menos R\$ 60 milhões sejam efetivamente aplicados.

Eduardo pede pressa para hidrovias Tocantins-Araguaia

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) deve agilizar a aprovação do relatório de impacto ambiental de implantação da hidrovias Tocantins-Araguaia, pois dela depende, segundo o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), o desenvolvimento das novas fronteiras agrícolas dos estados brasileiros.

Ele informou que a futura hidrovias vai beneficiar seu estado, o Tocantins, o sul do Maranhão e do Piauí, o noroeste de Goiás, o sudeste do Pará, o leste de Mato Grosso e o oeste da Bahia. “São cerca de 80 milhões de hectares de terras férteis e agricultáveis”, avaliou, ao ressaltar que o transporte hidroviário tem o potencial de integrar todo o território nacional, transportando mercadorias desde os mais remotos

rincões do país até os pontos consumidores e exportadores.

Lembrando a potencialidade de nossas bacias hidrográficas, Eduardo Siqueira Campos disse que, além de baratas e não-poluentes, as hidrovias são capazes de transportar imensas quantidades de produtos.



Eduardo Siqueira Campos elogiou criação de comitê

O senador afirmou ainda que a hidrovias Tocantins-Araguaia faz parte de um complexo maior de transportes multimodais que inclui rodovias e ferrovias e será um dos principais sustentáculos do desenvolvimento agroindustrial das regiões Norte e Centro-Oeste, além de parte do Nordeste. Ele elogiou a iniciativa da sociedade em criar o Comitê Pró-Hidrovias Tocantins-Araguaia para apressar a implantação do projeto.

Agricultura evitou crise maior, afirma Maguito

Senador reclama da falta de atenção do governo para com o setor da economia que teve melhor desempenho no primeiro trimestre de 99



Carlos Bezerra nota que produção aumenta, mas renda no campo diminui

Bezerra teme quebra de produtores de soja

Em apelo ao presidente da República, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) disse que, se não houver uma medida que compense os efeitos dos preços baixos da soja, muitos produtores de Mato Grosso ficarão no prejuízo e não disporão de meios para honrar os seus compromissos e saldar suas dívidas. “Nesses cinco anos de Plano Real, a agropecuária foi a âncora segura que o sustentou, mas o limite da exaustão e da ruptura está bem próximo”, alertou o senador.

Diferentemente da euforia verificada no ano passado, em que os plantadores de soja de Mato Grosso foram premiados com uma grande colheita e bons preços, na safra deste ano tal desempenho não deverá se repetir: houve boa produção, mas a renda dos produtores deverá ser diminuída, tendo em vista principalmente a reduzida cotação desse produto no mercado mundial – explicou.

Para Carlos Bezerra, muitos países que se mostravam promissores na compra da soja sucumbiram à crise econômica mundial e as “consequências estão sendo desanimadoras, especialmente para o Brasil, segundo maior produtor de soja do mundo”. Ele ressaltou que, devido à crise, os preços do cereal se reduziram em torno de 25% e não mais se recuperaram, com a previsão de, neste ano, ocorrer a cotação mais baixa dos últimos 25 anos.

O parlamentar fez uma listagem de problemas que estão afetando os produtores de soja e que engrossam suas preocupações. Entre eles citou o aumento do custo da produção, devido à desvalorização do real, e o processo de dolarização dos insumos e máquinas agrícolas.

A atividade agropecuária foi responsável pelo crescimento da economia brasileira, quando todas as previsões apontavam para uma forte recessão. A avaliação é do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), informando que o setor apresentou crescimento de 19,7% no primeiro trimestre deste ano em relação ao mesmo período de 1998, enquanto as demais atividades econômicas tiveram desempenho negativo. O senador goiano lamentou que, apesar da importante colaboração da atividade rural para a economia brasileira, o governo não tem dado apoio consistente ao setor.

– Os nossos agricultores têm enfrentado dissabores e provações. Em vez de baixar os juros e possibilitar financiamentos para se tornarem competitivos, o governo escancarou o mercado aos produtores estrangeiros. Um exemplo é a pecuária brasileira, que, como consequência, está abandonando a produção leiteira, porque os preços recebidos pelo leite não cobrem os custos de produção – afirmou.

A atividade agrícola, segundo dados

apresentados pelo senador, responde por 16,6 milhões de empregos no Brasil, muito além da indústria (8,9 milhões) e da construção civil (4,4 milhões). Tal fato, na opinião de Maguito Vilela, justificaria políticas definidas para o setor. “O que eu não entendo é a razão pela qual, vendo grande número de brasileiros que passam fome e conhecendo a magnitude do desemprego em nosso país, o governo não transforma efetivamente a agricultura em prioridade nacional”, questiona.

Essas políticas, conforme entendimento de Maguito, deveriam contemplar juros baratos, financiamentos com prazos e volumes adequados, facilidades para aquisição de máquinas e implementos e boas condições de transporte e armazenagem. Além disso, Maguito defende maior abrangência dos programas de agricultura familiar.

– Estou convencido de que é melhor criar facilidades para esses produtores, mantendo-os no campo, inclusive até com subsídios, do que vê-los migrando para a periferia das cidades, agravando os seus problemas sociais – alertou o senador.



Maguito: agropecuária cresceu 19,7% no primeiro trimestre

Edison Lobão confia em sucesso de programa destinado ao Nordeste

Se não ocorrerem interrupções, adiamentos ou cortes, o Plano Agrícola Nordeste 1999, desenvolvido pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento, tem condições de “corrigir os problemas secularesmente sofridos pela região”. A opinião é do senador Edison Lobão (PFL-MA), que destacou a seriedade do ministro daquela pasta, Francisco Turra, e dos técnicos do ministério no empenho em resolver as dificuldades da população nordestina.

Para o senador, as chances desse plano são maiores porque os estudos conclusivos mostraram que os problemas do Nordeste têm de ser encarados pelas características dos solos e dos índices pluviométricos da região. “Dessa forma, ali devem ser expandidas as culturas e os serviços que melhor se adaptem às suas peculiaridades”, disse.

As soluções propostas no plano estão concentradas em torno do melhor aproveitamento da agricultura e na continui-

dade do crédito rural dirigido para a região, contou Lobão, observando que essa é uma opção que o governo já vem adotando nos últimos três anos, quando foram ampliados em oito vezes os recursos provenientes do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), e em 1998, através dos repasses do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do BNDES para o Banco do Nordeste.

Edison Lobão acrescentou que essa decisão do governo demonstra “o quanto estão certos os parlamentares nordestinos que, da tribuna do Senado ou da Câmara, vêm denunciando há gerações as discriminações que pesam sobre o Nordeste”. Ele lembrou que, apesar de 53% dos agricultores familiares de todo o país estarem localizados na região, o Pronaf dedicava, até recentemente, apenas 9,5% dos seus recursos para os produtores nordestinos.



Edison Lobão aplaude melhor aproveitamento da agricultura

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

7h – Saúde Todo Dia – Futebol Feminino
7h30 – Especial Unip – Estação Carandiru
8h – Especial – Revista da CPI do Judiciário – 1º programa
8h30 – Entrevista – O senador Jefferson Péres fala sobre a CPI do Judiciário
9h – Cidadania – O senador Roberto Requião e o secretário-geral do Ministério de Minas e Energia, Luiz de Seixas, falam sobre a Cimeira no Rio de Janeiro
10h – Especial sobre Oscar Niemeyer
10h30 – Projeto E
11h – Entrevista especial com o reitor da Universidade da Paz, Pierre Weill
12h – Especial – Revista da CPI do Judiciário – 1º programa
12h30 – Entrevista – O senador Jefferson Péres fala sobre a CPI do Judiciário
13h – Cares do Brasil – Espírito Santo
13h30 – Cidadania – O senador Roberto Requião e o

secretário-geral do Ministério de Minas e Energia, Luiz de Seixas, falam sobre a Cimeira no Rio de Janeiro
14h30 – Primeiro dia do Seminário sobre Clonagem e Transgênicos
17h30 – Espaço Cultural – Apresentando Os menestréis do rádio
19h – Especial – Patrimônio Veneza/Sabá
19h30 – Cidadania – O senador Roberto Requião e o secretário-geral do Ministério de Minas e Energia, Luiz de Seixas, falam sobre a Cimeira no Rio de Janeiro
20h30 – Entrevista – O senador Jefferson Péres fala sobre a CPI do Judiciário
21h – Especial – Revista da CPI do Judiciário – 1º programa
21h30 – Cidadania – O senador Roberto Requião e o secretário-geral do Ministério de Minas e Energia, Luiz de Seixas, falam sobre a Cimeira no Rio de Janeiro
22h30 – Especial sobre Oscar Niemeyer
23h – Entrevista especial com o reitor da Universidade da Paz, Pierre Weill
0h – Espaço Cultural – Apresentando o show Românticos da Boêmia